



GUILHERME ALMEIDA / CP MEMÓRIA

Municípios já estão autorizados a começar a vacinação deste público

MAIS DE 18 ANOS

## Secretaria da Saúde amplia recomendação da bivalente

A Secretaria Estadual da Saúde (SES) definiu ontem a ampliação da recomendação da dose bivalente contra a Covid-19 para toda a população acima dos 18 anos. A orientação foi passada ao Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do RS (Cosems/RS) e segue a orientação do Ministério da Saúde. A orientação vale para quem já recebeu, pelo menos, duas doses de vacinas monovalentes (Coronavac, AstraZeneca, Pfizer ou Janssen) como esquema primário, respeitando um intervalo de quatro meses da última dose. Não é impeditivo estar com alguma das doses em reforço em atraso.

Os municípios do RS já estão autorizados a começar a vacinação deste público, conforme disponibilidade de doses. A decisão por um escalonamento das faixas etárias ou não cabe a cada

gestor municipal. Até agora, essa dose era recomendada para pessoas acima dos 60 anos, para pessoas com comorbidades acima dos 12 anos, gestantes, puérperas e outros grupos prioritários (como indígenas, trabalhadores da saúde e população privada de liberdade).

A nota divulgada pelo Ministério da Saúde reitera a importância de incentivar aqueles que não foram vacinados a receberem o esquema primário completo e dose de reforço de acordo com os intervalos sugeridos pelo Programa Nacional de Imunizações. A dose de reforço para pessoas entre 5 e 17 anos, 11 meses e 29 dias será realizada com a vacina monovalente disponível. Mantém-se também a recomendação de vacinação contra a Covid-19 de toda a população elegível acima de 6 meses de idade.

## Apontados problemas no centro de medicamentos

Celme, na avenida Azenha, registra filas, falta de remédios e excesso de burocracia. Pacientes mostram apreensão com o funcionamento

Quatro meses depois da mudança do Centro Logístico de Medicamentos Especiais (Celme) para a avenida Azenha, em Porto Alegre, a situação das filas de usuários em busca de remédios controlados ainda carece de melhorias. E para agravar a situação, há relatos de falta de medicações, prejudicando a vida normal de quem depende deles, além de excesso de burocracia no espaço.

Na manhã de segunda-feira, o movimento de pessoas era intenso, e havia quem aguardasse na calçada em frente ao local. Desde dezembro de 2022, a gestão do espaço é feita pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por meio da Associação Hospitalar Vila Nova, mas o estoque de remédios continua sendo gerenciado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES).

Tal situação gera apreensão, como para a professora universitária Gicele, do bairro Hílipa. Ela faz uso do adalimumabe, para tratamento da espondilite aórtica, e tem diagnóstico de



GUILHERME ALMEIDA

Usuários estão descontentes com entraves no recebimento de produtos

fibromialgia. As doenças são autoimunes. Porém, devido à burocracia, há dois meses ela não toma o medicamento. "Já estou sentindo os reflexos. Passei por período longo de internação após crise sem precedentes para mim. Uma dose do adalimumabe custa em torno de R\$ 20 mil, e preciso de duas por mês." Gicele disse que, caso a situação prossiga, ela poderá ficar paralisada.

No Celme, os funcionários relataram saber do problema, e disseram que o Estado encaminhava "alguns medicamentos". A SES relata que há estoque para atender à demanda, e que o município "precisa informar o motivo de o medicamento não estar chegando até o usuário, se isto estiver acontecendo". Contatado, o governo federal não respondeu até o fechamento da edição.

**Publicações Legais**  
 anuncie: [anuncios@correiodopovo.com.br](mailto:anuncios@correiodopovo.com.br) | (51) 3216.1615

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES HIDROVIÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 O Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Servidores Hidroviários do Rio Grande do Sul - ASHRIGS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Art. 91 do Estatuto da Entidade, através do presente, **CONVOCA** a todos os associados em dia com suas obrigações legais e a todos os órgãos da Associação, para as ELEIÇÕES GERAIS, que realizar-se-ão no dia 31 de maio de 2023. Outrossim, informa que, de acordo com o Art. 72 do Estatuto, os interessados em apresentarem chapas para referida eleição deverão entregar as mesmas na Secretaria Geral da Associação, sita à Rua General Câmara, 140 na cidade do Rio Grande-RS até 15(quinze) dias antes da realização das eleições. Rio Grande, 25 de abril de 2023. **JOSÉ CARLOS LUBBE** - Presidente.

**Celc** SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO  
 GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

**ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO**  
 EDITAL PE 0337/2023 Objeto: Equipamentos/peças/acessórios para agricultura/pecuária e pesca.  
 DATA: 09/05/2023, às 09h PROCESSO: 23/1500-0003973-8

**ABERTURAS TOMADA DE PREÇO**  
 EDITAL TP 0023/2023 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de projeto, dimensionamento dos equipamentos de linha de vida bem como o fornecimento e instalação dos materiais em todos os pavimentos das fachadas do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).  
 DATA: 11/05/2023, às 14h. PROCESSO: 22/1300-0007064-3.

**ABERTURA LEILÃO ELETRÔNICO**  
 EDITAL LE 0004/2023 Objeto: Reforma e adequação do prédio 4 - Reitoria - UERGS, localizada na Rua Washington Luís, nº 676, Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre/RS.  
 DATA: 11/05/2023, às 15h. PROCESSO: 21/1950-0000860-2.

**ABERTURA LEILÃO ELETRÔNICO**  
 EDITAL LE 0004/2023 Objeto: Alienação de Veículos Automotores Recuperáveis, Irrecuperáveis e Equipamentos Diversos pertencentes à Administração Pública Estadual.  
 DATA: 01/06/2023, às 10 horas. PROCESSO: 22/1300-0009069-5

Felipe Moreira Cruzeiro  
 Subsecretário CELC/SPGG

A Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELC localizada-se na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 2º andar - Porto Alegre - RS. Os dados necessários das referidas licitações e Atas de Registro de Preços, e os demais atos referentes a julgamentos, fase recursal e resultados deverão ser acompanhados nos sites [www.celc.rs.gov.br](http://www.celc.rs.gov.br) e/ou [www.compras.rs.gov.br](http://www.compras.rs.gov.br).



VIVI DREHER / SIMERS / CP

Desde domingo Padre Jeremias restringiu o atendimento a pacientes

### CACHOEIRINHA

## Hospital atende só casos graves

O Hospital Padre Jeremias, em Cachoeirinha, restringiu os atendimentos a somente casos de urgência e emergência. Desde domingo, de acordo com usuários que precisaram de atendimento e que aguardaram por horas até serem encaminhados para atendimento na UPA da cidade, a ausência de médicos por conta de atrasos salariais, seria o estopim do problema. A situação também foi denunciada pelo Sindicato Médico do RS (Simers), que vem acompanhando o cenário. De acordo com a entidade, clínicos e pediatras que prestam serviço no hospital estão sem

receber desde fevereiro. Na semana passada, diretores do Simers fizeram vistoria com o intuito de verificar o que está, de fato, acontecendo. Naquele dia, um único clínico estava no plantão adulto. A prefeitura destaca que, na última semana, aumentou em pelo menos 30% a procura pela UPA, com 1.683 atendimentos. A direção do Instituto de Cardiologia, que gerencia a casa de saúde, informou que o hospital conta com uma equipe médica mista, contratada pelo sistema CLT e as empresas terceirizadas. Segundo o IC, não existe atraso de três meses de pagamentos.

### ENFERMAGEM

## Recursos para o piso da categoria

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou, ontem, projeto de lei para a liberação de recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem em 2023. O texto agora tem de ser analisado em uma sessão conjunta do Congresso, que deve acontecer hoje. O texto abre crédito especial no valor de R\$ 7,3 bilhões em favor do Ministério da Saúde para o pagamento do piso do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

O pagamento será incluído como nova programação no âmbito do Fundo Nacional de Saúde. E preciso aprovar esse crédito especial, porque os recursos não estavam previstos na lei orçamentária. A despesa anual com a assistência financeira da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é estimada em R\$ 10,6 bilhões. Mas, a contar de maio até o fim deste exercício financeiro, são necessários R\$ 7,3 bilhões. O Parlamento já havia fixado o piso em R\$ 4.750,00 para os enfermeiros, nos setores público e privado. O valor ainda serve de referência para técnicos de enfermagem (70%), auxiliares de enfermagem (50%) e parteiras (50%).